

POLÍTICA

CRISE

Sarney não recua. Decepcionados, empresários se reúnem e sai um duro ataque ao presidente. Alguns ainda resistem, mas o PMDB caminha para apoiar os 5 anos. E o secretário demitido também ataca Sarney.



O deputado Hélio Duque (PMDB-PR) rompeu ontem com o governo Sarney, acusando-o, em discurso na Constituinte, de falta de competência, seriedade e credibilidade e também a

Constituinte de, agredida em sua dignidade pela fala presidencial em que o presidente autofixou seu mandato em 5 anos, nada haver feito. O deputado definiu o governo como "um condomínio de interesses conflitantes dos amigos do poder", fortemente influenciado pela "nova sociologia maranhense, de compra e venda e do dá ou desce". Criticou, ainda, o PMDB por não reagir à altura contra o "mercado persa de compra e venda" de cargos e posições, sustentando que é preciso ser investigado até que ponto são verdadeiras as informações de que o líder Carlos Sant'Anna dispõe de 10 mil cargos para negociar favores políticos.

E ainda: o SNI estaria dando notas de 5 a 10 para os governadores de Estado, de acordo com o poder destes de aliciar parlamentares para as conveniências do governo.

Observou o parlamentar que o projeto de transição da Nova República a partir da ação política de Tancredo Neves, tinha tudo para dar certo, mas o governo Sarney preferiu trocar tudo por um projeto eleitoral e o resultado foi o Brasil desgovernado de hoje, um país em que não existe definição sequer para seu poder nacional. O deputado paranaense exortou o governo a "parar de sonhar" e "pôr os pés no chão", advertindo que, num momento de perspectivas de hiperinflação, ausência de interlocutores na comunidade financeira, e baixa reserva de capitais, existem pacotes que, se acionados, implicariam em dispêndio da ordem de 20 bilhões de dólares.

Também o deputado Juarez Antunes (PDT-RJ) acusou o presidente Sarney de fazer da coisa pública "um supermercado". E explicou: "Tem de tudo: na lista das ofertas encontramos as nomeações que só poderão ser efetuadas com o seu aval, e também dinheiro para liberar aos governadores, tudo em troca do apoio ao seu projeto de permanecer no governo por cinco anos".

Já Nelson Wedekin (PMDB-PR) acha que com o "novo estilo" que o presidente está "tristemente inaugurando" só lhe reforça a posição anterior: Quatro anos para Sarney, e parlamentarismo! "Por sua vez, Antero de Barros (PMDB-MT) acusou o presidente Sarney de querer "passar ao PMDB um atestado de amnésia" e pediu à Mesa da Constituinte que, com base no regimento interno, requisite 60 minutos em rede de rádio e televisão para as lideranças darem a resposta ao seu pronunciamento.

Também o líder Mário Covas se manifestou: "Se tudo isso que se denuncia estiver acontecendo, só nosso dizer que são métodos inteiramente ultrapassados e condenáveis", disse referindo-se aos métodos empregados pelo presidente para retribuir o apoio que lhe vem sendo dado.

Depois do áspero diálogo travado entre o presidente e o coordenador da bancada do PMDB baiano, deputado Jutahy Magalhães Júnior (que defende diretas em 88), antontem, a bancada ameaça romper com o governo, em reunião convocada para a próxima segunda-feira, por se considerar prejudicada pelo PFL na divisão de posições no Estado.

Defensores

Além de telegramas de solidariedade dos governadores Pedro Simom, do Rio Grande do Sul, Waldir Pires, da Bahia, e Epitácio Cafeteira, do Maranhão, o presidente Sarney recebeu ontem manifesto de apoio da bancada estadual do PFL maranhense diante da crise "desencadeada através de mecanismos que unem forças de direita e de esquerda".

Em Fortaleza, o presidente da Adesg — Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, major-brigadeiro Tercio Pacitti, advertiu que o pessimismo generalizado que está tomando conta do brasileiro merece uma boa orientação, senão poderá haver um "desvirtuamento no desejo de consolidar a democracia", ressaltou.

O jurista Sobral Pinto, que foi aos palanques defender as diretas já, desta vez apóia Sarney em sua luta pelos cinco anos de poder. "Sou favorável a que ele continue mandando neste país, o que não me impede de ficar preocupado com os rumos das coisas. Acho a situação muito grave. Está a exigir, acima de tudo, bom senso e equilíbrio", frisou.

Mesmo tendo respaldo para a sua tese, o presidente Sarney voltou a falar sobre o assunto ontem, no programa "Conversa ao pé do rádio", transmitido semanalmente. Ele advertiu publicamente o PMDB e o PFL, afirmando ser "uma obrigação" dos dois partidos apoiar a decisão de fixar o mandato em cinco anos.

"Não posso confiar em quem não confia em mim", disse o presidente recentemente, e ontem a frase foi repetida por um de seus assessores diretos para explicar a sua decisão de só deixar ocupar cargos no governo pessoas que comuniquem com o seu pensamento.

Auto pag 27

O PMDB não parece tão ousado como às vezes chega a demonstrar. Já tem muita gente do partido defendendo o adiamento, ou até mesmo o cancelamento, da convenção nacional extraordinária, convocada para os dias 13 e 14 de junho. Ontem mesmo o presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães, começou a discutir o assunto, em almoço com um grupo de peemedebistas no restaurante Piantella, em Brasília. No mesmo encontro, Ulysses comunicou aos deputados que está tentando "desarmar" o conflito entre o presidente Sarney e o líder Mário Covas, salientando que isso "não é bom para o partido nem para o momento".

Almoçaram com Ulysses os deputados Hélio Costa (MG), Jorge Uequed (RS), Jutahy Magalhães Júnior (BA), Aloysio Teixeira (RJ), Ziza Valadares (MG), Virgildásio Senna (BA), Geraldo Alckmin (SP) e Heráclito Fortes (PI). O deputado Hélio Costa disse ao presidente do PMDB que os convencionais de Minas não estão "sensibilizados" para a convenção e não demonstraram, até agora, qualquer interesse em estar em Brasília para a convenção. Jorge Uequed observou que o partido não teria "nenhum lucro, só prejuízos" com a convenção agora.

O deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), por sua vez, defendeu, abertamente, o adiamento da convenção, ao ser informado do pedido de demissão do ministro Dante de Oliveira, por discordar das pressões do presidente Sarney pela fixação em cinco anos de seu mandato.

"O presidente está pirado. Precisamos evitar o confronto" — disse o deputado, ressaltando que continua favorável aos quatro anos para o mandato do presidente Sarney, mas que o partido não pode se antecipar sobre o assunto. Para o parlamentar o PMDB não pode "botar lenha na fogueira, porque existem forças interessadas nesse conflito". Essas "forças", que não soube identificar, é que levaram o presidente Sarney a fazer o discurso da última segunda-feira.

"A história se repete"

Luiz Otávio Vieira, presidente da Fierg, diz que Sarney deu um golpe branco no País.

"O presidente Sarney, possivelmente apoiado nas Forças Armadas e desrespeitando a Constituinte, deu um golpe branco no País, ao anunciar que quer ficar cinco anos no poder. Sou dos empresários que consideram necessário que, para encaminhar solução aos graves problemas econômicos, sejam convocadas eleições diretas de 90 a 120 dias após o término dos trabalhos da Constituinte e começar tudo de novo. O governo Sarney, sem legitimidade, acabou."

As afirmações foram feitas ontem pelo presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs), Luiz Otávio Vieira, em Belo Horizonte, após reunião a portas fechadas com o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), senador Albano Franco (PMDB-SE) e mais sete presidentes de federações industriais do País.

No encontro, um documento redigido por Albano Franco, que se aprovou seria divulgado e encaminhado às lideranças políticas, acabou rejeitado por unanimidade e foi formada uma comissão de quatro para elaborar um novo documento, "mais amplo e contundente", sem a inclusão do senador Albano, para ser aprovado no próximo dia 26 ou 27, no Rio de Janeiro. Ao final da reunião os dois empresários estavam visivelmente incompatibilizados.

O encontro, que durou 2h30m, foi extremamente tenso, segundo vazou ainda durante sua realização. Os presidentes das federações teriam feito duras críticas a Albano Franco por ter, no texto, se referido apenas a problemas econômicos, como juros e



5 anos. Isso já não escandaliza o PMDB.

Bastidores

Já o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, contestou que esteja articulando o adiamento. Disse ser indispensável a decisão sobre o mandato presidencial. Caso contrário, ele prevê que cada peemedebista poderá sair da reunião defendendo posições diferentes, o que, inclusive, pode precipitar a campanha pelas diretas já.

Os dois temas mais polêmicos em pauta no PMDB — sistema de governo e duração do mandato presidencial — serão decididos no segundo semestre nas comissões e no plenário da Constituinte. Até que isso ocorra haveria tempo para reabrir negociações, nos partidos e no governo, na busca de uma solução capaz de evitar maiores atritos.

Em várias bancadas regionais, durante todo o dia de ontem, dava para sentir que o ambiente continuava tenso. Uma sexta-feira, não era o melhor dia para levar adian-

te articulações políticas. Mesmo assim lideranças influentes permaneciam em Brasília.

Alguns deputados estreantes passaram, de imediato, a apoiar a proposta do senador José Richa, de adiamento pura e simples da convenção. Para eles, o melhor caminho seria deixar sob responsabilidade das comissões e, depois, do plenário da Constituinte, a solução para o sistema de governo e duração de mandato — de Sarney e de seus sucessores.

Na Subcomissão do Poder Executivo, por exemplo, está se criando ambiente favorável a um acordo entre a maioria dos seus integrantes, para estabelecer parlamentarismo misto, ou presidencialismo mitigado, com mandato de cinco anos. Nessa eventual maioria há representantes do PMDB, do PFL e do PDS.

Os que defendem mandato de quatro anos mostram-se dispostos a apoiar cinco anos, desde que não mais prevaleça o atual sistema presidencialista monárquico. Os que defendem o presidencialismo já estão aceitando um sistema menos absoluto, estabelecendo-se normas de condicionamento e de co-responsabilidade do Poder Legislativo. Os que defendem o parlamentarismo acha que seria útil ceder, com a adoção de um sistema menos ortodoxo, adaptado às nossas condições políticas.

Toda essa negociação, nas comissões e nos bastidores, estão mostrando a inconveniência e o risco de reunir a convenção do PMDB, com quase mil pessoas, para ativar um debate cuja decisão não terá força disciplinar. Nenhuma constituinte se sentirá obrigado a seguir decisões. No programa e nos estatutos do partido não há dispositivos tratando de presidencialismo, parlamentarismo, muito menos de duração de mandatos.

Se realizada a convenção, o PMDB poderá passar por uma situação desagradável — metade aceitando a decisão da convenção, metade não aceitando. O que vai decidir, de fato e de direito, será a votação em plenário, na Constituinte.

falta de liquidez, "quando isto é apenas resultado e consequência de um problema institucional e ético. Tudo causado por um governo de transição que não tem autoridade moral para impor mandato sem respaldo da Constituinte e anunciar ferrovias, numa hora em que ninguém lhe pediu isso", disse Luiz Vieira. Os empresários querem que o novo documento aborde, entre outras coisas, a questão do mandato e da ferrovia Norte-Sul.

Endurecimento

Conforme o presidente da Fiemg, "achamos que o governo José Sarney não tem mais nenhuma razão de ser. Consideramos que estamos num quadro claro de endurecimento por parte do Sarney, em possível acordo com as Forças Armadas, nos fazendo lembrar Getúlio em 1937, quando se fechou no gabinete com o general Góes Monteiro. Naquele tempo o bode expiatório eram os comunistas. Agora está sendo o Brizola. É a história se repetindo".

Falando à imprensa, enquanto os demais seis presidentes permaneciam fechados na sala de reunião da Federação das Indústrias de Minas (Fiemg) e Albano Franco circulava pelos corredores, Luiz Vieira comparou o governo Sarney ao governo Figueredo. "Está agindo da mesma maneira que este, que nos empulhava com o Riocentro enquanto a inflação chegava a 200%. Sarney anuncia agora uma ferrovia sem aprovação prévia da sociedade e não é à toa que estamos subindo para uma inflação de 800% ou mais."

E prosseguiu: "Por que é que durante



Monteiro: Sarney lembra Médici

com uma virulenta nota que distribuiu ontem a jornalistas, em que compara o presidente José Sarney ao general Emílio Garrastazu Médici, o 1º secretário do PMDB paulista, José Maria Monteiro, reagiu ao veto presidencial à sua nomeação para a superintendência regional da Receita Federal em São Paulo. Embora o pretexto oficial seja o de que Sarney não quer pessoas com militância partidária na Receita Federal, Monteiro está certo de que o veto foi motivado pelo fato de ser amigo e correligionário do senador Mário Covas, líder do PMDB na Assembleia Nacional Constituinte.

"Após o pronunciamento do sr. José Sarney na última segunda-feira, muito semelhante aos pronunciamentos da época do general Médici, nada mais natural que um companheiro de sempre do senador Mário Covas tenha sido considerado funcionário não-confiável para o exercício das altas funções de superintendente da Receita Federal em São Paulo", diz a nota de José Maria Monteiro.

Auditor fiscal do Tesouro nacional há 20 anos (desde março de 1967), Monteiro teve sua nomeação publicada no Diário Oficial da União e chegou a tomar posse quarta-feira à tarde, em Brasília, mas em seguida o ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, recebeu a notícia do veto durante audiência com o presidente Sarney.

Monteiro não foi localizado por Bresser Pereira na quarta-feira à noite porque retornou no mesmo dia a São Paulo, para ser padrinho de um casamento. Às 8h do dia seguinte, Bresser informou por telefone de sua exoneração, explicando que a justificativa do presidente Sarney era a de que tinha havido pressões para que ele não tomasse posse do cargo, sem mencionar de onde partiam. A conversa foi cordial, pois ambos são amigos desde que Monteiro foi aluno do ministro da Fazenda na Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo.

José Maria Monteiro não tem dúvida de que foi exonerado porque é amigo de Mário Covas, que tem contrariado o presidente por defender o mandato presidencial de quatro anos e ser contrário à construção da ferrovia Norte-Sul. Na nota, Monteiro assinala: "Destaco que me sinto confortável ficando ao lado daqueles que, sob a liderança de Covas, têm presente a independência do PMDB e a soberania da Constituinte para deliberar sobre a duração do mandato presidencial".

Em entrevista que concedeu ontem à tarde na sede do partido, Monteiro disse não aceitar a justificativa de que a rejeição a seu nome deveu-se à sua militância partidária, pois havia informado ao secretário-geral da Receita Federal, Antônio Augusto de Mesquita Neto, que se licenciaria da 1ª secretaria do PMDB-SP ontem.

Explicações oficiais

Ante a repercussão do caso, o presidente José Sarney afirmou ontem ao jornalista Carlos Chagas, da sucursal do Jornal da Tarde em Brasília, que a exoneração de Monteiro não foi uma represália contra o senador Mário Covas, mas a intenção de deixar o Imposto de Renda à margem de injunções políticas. Sarney disse que na quarta-feira, ao solicitar a desnomeação de Monteiro, estava informado de que a indicação havia sido política, mas assegurou desconhecer então que Monteiro era ligado a Covas. O presidente alegou que só tomou conhecimento dessa vinculação durante a conversa com Bresser, mas que manteve a decisão devido à militância político-partidária do 1º secretário do PMDB paulista.

Um assessor do Palácio do Planalto afirmou que a solicitação ao presidente Sarney para tornar sem efeito a nomeação e a posse de José Maria Monteiro partiu de parlamentares do próprio PMDB paulista. Eles teriam alegado que seria arriscado colocar na superintendência regional da Receita Federal um militante do PMDB, membro da Executiva Regional e suplente de deputado.

Apesar das explicações oficiais, José Maria Monteiro está convencido de que sua exoneração foi uma represália a Mário Covas, cujo rompimento com o presidente José Sarney considera irreversível. E afirma que Sarney "determinou imperialmente a duração de seu mandato, atropelando o entendimento político e a soberania da Constituinte, tentando consumir um fato".

No entender de Monteiro, Mário Covas assumiu a liderança do "PMDB consequente, que dá consequência a seu programa", argumentando que "dissidente é quem contraria o programa do partido". Do outro lado, segundo ele, está "o agrupamento que, parece, formará o Partido do Sarney, cuja atuação política prende-se mais aos espaços obtidos nas várias esferas de governo".

“Estamos num quadro claro de endurecimento por parte do Sarney, em possível acordo com as Forças Armadas, nos fazendo lembrar Getúlio em 1937.”

Luiz Otávio Vieira, presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul.